



PROVA OBJETIVA

Prezado(a) Candidato(a):

1. **VERIFIQUE**, com muita atenção, **este caderno de prova**, que deve conter **120 (cento e vinte) questões** de múltipla escolha, com quatro opções de resposta. **Constatando qualquer anormalidade** (página sem impressão, página repetida, ausência de página(s), impressão defeituosa), **solicite imediatamente a substituição do seu caderno de prova**.

NÃO SERÃO ACEITAS RECLAMAÇÕES FORMULADAS APÓS O INÍCIO DA PROVA.

2. **PARA SEU MELHOR DESEMPENHO:**

- a) Procure **utilizar bem** o tempo de prova;
- b) **Responda** inicialmente as questões que lhe pareçam **mais fáceis**, deixando, para o final, aquelas que requeiram maior atenção;
- c) **Assinale** a alternativa escolhida **no caderno de prova**;
- d) **Reveja as questões**, conferindo as respostas, **antes** de marcar a folha de resposta;
- e) **Solicite ao fiscal** mais próximo a sua **folha de resposta**, para a transcrição de suas escolhas em definitivo.

NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DA FOLHA DE RESPOSTA.

3. **ATENÇÃO! A FOLHA DE RESPOSTA SERÁ CORRIGIDA POR LEITURA ÓTICA, PORTANTO:**

- a) Marque suas respostas observando o exemplo abaixo e as instruções constantes da folha de resposta;
- b) **Ao transcrever suas opções para a folha de resposta, use somente caneta de tinta indelével esferográfica nas cores azul ou preta;**
- c) **Terminando de transcrever** suas opções, chame o fiscal mais próximo, **devolva-lhe o caderno de prova** utilizado e a **folha de resposta preenchida e assinada**;
- d) Para cada questão, há **uma** única alternativa correta;
- e) **DESCONHECENDO A RESPOSTA CORRETA, É IMPRESCINDÍVEL ASSINALAR, NA FOLHA DE RESPOSTA, A ALTERNATIVA "E";**
- f) A questão deixada sem resposta ou marcada em duplicidade equivalerá a errada.

4. **LEMBRE-SE:**

- a) **QUATRO RESPOSTAS ERRADAS ANULAM UMA CORRETA;**
- b) Deixando a questão sem resposta e assinalando a alternativa "E", você não será penalizado;
- c) **A INCORREÇÃO OU RASURA NO PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS PODERÁ PREJUDICÁ-LO(A).**

Exemplo de preenchimento:

| | A | B | C | D | E |
|------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| 001. | A <input checked="" type="checkbox"/> | B <input type="checkbox"/> | C <input type="checkbox"/> | D <input type="checkbox"/> | E <input type="checkbox"/> |
| 002. | A <input type="checkbox"/> | B <input checked="" type="checkbox"/> | C <input type="checkbox"/> | D <input type="checkbox"/> | E <input type="checkbox"/> |
| 003. | A <input type="checkbox"/> | B <input type="checkbox"/> | C <input checked="" type="checkbox"/> | D <input type="checkbox"/> | E <input type="checkbox"/> |
| 004. | A <input type="checkbox"/> | B <input type="checkbox"/> | C <input type="checkbox"/> | D <input checked="" type="checkbox"/> | E <input type="checkbox"/> |
| 005. | A <input type="checkbox"/> | B <input type="checkbox"/> | C <input type="checkbox"/> | D <input type="checkbox"/> | E <input checked="" type="checkbox"/> |

GRUPO I

DIREITO CONSTITUCIONAL E METODOLOGIA JURÍDICA

PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

DIREITO ELEITORAL

1. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

a) () Somente quando expressamente autorizado pela Constituição o legislador pode restringir ou regular algum direito fundamental.

b) () No âmbito das relações especiais de sujeição, há um tratamento diferenciado com respeito ao gozo dos direitos fundamentais.

c) () De acordo com a jurisprudência do STF, a liberdade de expressão ocupa uma posição especial no sistema constitucional brasileiro, o que lhe atribui peso abstrato elevado em hipótese de colisão com outros direitos fundamentais ou interesses sociais.

d) () Viola o princípio da igualdade material qualquer prática empresarial, governamental ou semigovernamental, de natureza administrativa ou legislativa que, embora concebida de forma neutra, gere, em consequência de sua aplicação, efeitos desproporcionais sobre certas categorias de pessoas.

2. DENTRE OS ENUNCIADOS ABAIXO:

I. Não é possível o uso do mecanismo da interpretação conforme a Constituição em relação a dispositivo legal que reproduz norma estabelecida pelo legislador constituinte originário.

II. A interpretação constitucional caracteriza-se como um ato descritivo de um significado previamente dado.

III. Muito embora seja possível o controle de constitucionalidade de emendas constitucionais, este, no que diz respeito ao aspecto material, fica restrito à compatibilidade ou não da reforma constitucional às chamadas "cláusulas pétreas".

IV. O poder de revisão constitucional deve respeitar o núcleo essencial dos principais valores constitucionais, não convindo ao intérprete afastar-se de uma visão prospectiva, que permita às gerações vindouras decidir sobre o seu destino coletivo.

São corretas as assertivas:

a) () I e III.

b) () I, II e III.

c) () II e III.

d) () III e IV.

3. DENTRE OS ENUNCIADOS ABAIXO, APONTE O ÚNICO INCORRETO:

a) () Reserva do possível significa insindicabilidade jurisdicional das opções legislativas quanto à densificação legislativa das normas constitucionais reconhecedoras de direitos sociais.

b) () A proibição de retrocesso resulta, ao menos implicitamente, do sistema internacional de direitos humanos, que impõe a progressiva implementação efetiva da proteção social por parte dos Estados.

c) () Não há Estado de Direito sem a consagração dos direitos à ação e à jurisdição, especialmente quando voltados à responsabilização civil do Estado.

d) () O caráter contramajoritário da jurisdição constitucional, segundo o entendimento dominante, possibilita ao Poder Judiciário atuar ativamente em defesa de direitos fundamentais, desde que se pautem por argumentos racionais e controláveis.

4. DOS ENUNCIADOS ABAIXO:

I. Em sede de competência legislativa concorrente, é permitido à lei estadual estabelecer cautelas mais rigorosas, em matéria de saúde e de meio ambiente, do que aquelas contidas na lei federal.

II. A Constituição é norma diretamente habilitadora da atividade administrativa e critério imediato de fundamentação da decisão administrativa.

III. É inconstitucional a fixação de piso salarial nacional para os profissionais da educação escolar pública, tendo em vista o princípio federativo.

IV. O crime de racismo, com as notas de inafiançabilidade e imprescritibilidade que lhe confere o art. 5º, XLII, da CF, tem como sujeito passivo grupos humanos com características biológicas próprias.

Correspondem ao entendimento do STF:

a) () I e III.

b) () I, II e IV.

c) () II e III.

d) () I e II.

5. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

a) () A tópica desenvolvida por Theodor Viehweg, adota os chamados "topoi" (lugares ou premissas comuns) como norte da atividade interpretativa. Os tópicos, por sua vez, cobram o seu sentido sempre a partir do problema a cuja elucidação se destinam.

b) () No âmbito da metodologia jurídica, os tipos são regras configuradas conceitualmente, aos quais se aplica a subsunção por via do procedimento silogístico.

c) () Para a metodologia concretista, desenvolvida, entre outros, por Friedrich Müller, a interpretação não significa apenas densificar a norma, mas produzir a norma de acordo com a qual o caso é então decidido.

d) () A ciência do Direito não pode caracterizar-se como um sistema rigorosamente axiomático, porque este exige um número fechado de conceitos fundamentais, logicamente compatíveis entre si.

6. PARA O STF:

a) () Como o direito à moradia é de caráter fundamental, não é legítima a penhora do imóvel residencial do fiador.

b) () A proibição de tratamento caricatural e humorístico a candidatos a cargos eletivos, no período eleitoral, não constitui ofensa à liberdade de imprensa.

c) () No conflito entre o direito de manifestação cultural e a proibição de práticas de crueldade contra os animais, deve prevalecer esta última.

d) () É permitido aos Estados-membros criar outros órgãos encarregados de exercer a segurança pública, além daqueles previstos na Constituição Federal.

7. É POSSÍVEL AFIRMAR EM RELAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA INTERCULTURALIDADE E DO MULTICULTURALISMO QUE:

I. Fundamentam-se no princípio da igualdade formal, na medida em que prevêm a equiparação de diferentes culturas e etnias perante a lei.

II. Possuem lastro na chamada luta pelo reconhecimento e viabilizam políticas públicas de promoção do direito à diferença dentro de um mesmo Estado.

III. Pressupõem, no interior do Estado Nacional, grupos que possuem modos próprios de criar, fazer e viver, bem como formas próprias de expressão.

IV. O homem, para além de sua dimensão individual, é um ser social, fraternal e comunicativamente vinculado.

Estão corretas as assertivas:

a) () I e II.

b) () I, II e III.

c) () II e III.

d) () II, III e IV.

8. PARA O STF:

I. Não cabe arguição de descumprimento de preceito fundamental em face de sentenças transitadas em julgado.

II. É possível modular-se os efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso.

III. A liberdade de expressão protege os discursos racistas e preconceituosos, porque o combate a tais ideias deve se dar através de um debate público esclarecedor que demonstre o equívoco que elas encerram.

IV. A norma que invoca a proteção de Deus, no preâmbulo da Constituição Federal, é de reprodução obrigatória nas Constituições estaduais.

Estão corretas as assertivas:

a) () II e III.

b) () I e II.

c) () I, II e IV.

d) () I e IV.

9. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

a) () Para o neoconstitucionalismo, todas as disposições constitucionais são normas jurídicas, e a Constituição, além de estar em posição formalmente superior sobre o restante da ordem jurídica, determina a compreensão e interpretação de todos os ramos do Direito.

b) () A visão substancialista da Constituição conduz, no controle de constitucionalidade, a uma

postura mais deferente acerca das decisões dos Poderes Públicos.

c) () Para os procedimentalistas, a jurisdição constitucional tem o papel exclusivo de assegurar os pressupostos necessários ao bom funcionamento da democracia.

d) () A Constituição brasileira de 1988 enquadra-se na categoria das constituições dirigentes, porque, além de estabelecer a estrutura básica do Estado e de garantir direitos fundamentais, impõe ao Estado diretrizes e objetivos principalmente tendentes a promover a justiça social, a igualdade substantiva e a liberdade real.

10. DENTRE OS ENUNCIADOS ABAIXO, ESTÃO CORRETOS:

I. Considerando que o pluralismo é um fato da vida social e um valor constitucional da maior relevância, a federação também deve pautar-se pelas diferenças culturais entre as regiões, sem prejuízo da unidade, quando isso for necessário.

II. No âmbito da competência legislativa concorrente, as normas gerais não se prestam a garantir completa uniformidade. As regras absolutamente uniformes só podem ocorrer no domínio da competência privativa da União.

III. A competência legislativa concorrente permite transformar os Estados-membros em verdadeiros laboratórios legislativos, possibilitando que novas e exitosas experiências sejam formuladas e eventualmente adotadas pelos demais entes federados.

IV. Constituições e leis estaduais e municipais vinculam-se apenas às normas de pré-ordenação inscritas na Constituição Federal.

- a) () I e II.
 b) () I, II e III.
 c) () I, III e IV.
 d) () I, II, III e IV.

11. SOBRE A RELAÇÃO ENTRE DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO, É CORRETO DIZER QUE:.

a) () enquanto o direito internacional dos direitos humanos disciplina a proteção de direitos em tempos de paz, o direito internacional humanitário a disciplina em tempos de guerra;

b) () os dois âmbitos de regulação compõem regimes internacionais distintos que não se comunicam, podendo, todavia, apresentar objetos comuns de disciplina, tratando-os diferenciadamente;

c) () os dois âmbitos de regulação se interceptam quanto à disciplina do estado de emergência no direito internacional dos direitos humanos, em que se estipulam direitos mínimos inderrogáveis que coincidem, em grande parte, com as garantias mínimas do art. 3.º comum às quatro Convenções de Genebra;

d) () tratam as pessoas destinatárias de sua proteção de forma independente, sendo possível que haja âmbitos de exclusão recíproca de proteção, com atores em certos tipos de conflito que não gozam de proteção de nenhum dos dois regimes.

12. OS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS NAS RESOLUÇÕES E/RES/1235 (1967) E E/RES/1503 (1970) DO CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL DA ONU

a) () passaram a permitir à então Comissão de Direitos Humanos investigar, por via de Subcomissão, graves violações de direitos humanos, quando constatado que estas se inseriam num padrão consistente de atuação do Estado violador;

b) () se limitam a abrir o caminho para a atuação do Conselho de Segurança da ONU e, por isso, não atentam contra o art. 2.º, parágrafo 7.º da Carta da ONU;

c) () transformaram as Nações Unidas em verdadeira corte internacional de direitos humanos, sendo, por isso, tidos por muitos Estados como conflitantes com o disposto no art. 2.º, parágrafo 7.º da Carta da ONU;

d) () concorrem, em termos de propósitos e eficiência, com os sistemas convencionais regionais e universais de proteção dos direitos humanos.

13. ENTENDE-SE POR "DIREITOS COMUNICATIVOS"

a) () a liberdade de opinião, do ponto de vista do uso dos meios de comunicação;

b) () a liberdade religiosa, como direito de comunicar a fé;

c) () a liberdade de imprensa, como direito de divulgar fatos e opiniões ao público;

d) () a liberdade de expressar opiniões, pontos de vista religiosos e conceitos em ciência e arte, assim como os direitos de quem sofre o impacto dessa expressão.

14. SOBRE A PENA DE MORTE, PODE-SE AFIRMAR QUE, NO ATUAL ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS,

- a) () embora não proibida universalmente, há sua abolição num âmbito regional e proibição de sua reintrodução quando o Estado a tenha abolido em outro âmbito regional;
- b) () não há qualquer limitação a sua previsão legal, podendo Estados adotá-la livremente;
- c) () tem sido regularmente adotada por tribunais internacionais, desde o Tribunal Militar Internacional de Nuremberg e o Tribunal Militar Internacional de Tóquio;
- d) () tem previsão no estatuto do Tribunal Internacional Penal para Ruanda por exigência do governo daquele país.

15. ESPANCADA REGULARMENTE POR SEU MARIDO DURANTE DEZ ANOS, A PONTO DE SER INTERNADA COM GRAVES FERIMENTOS EM HOSPITAL, A SENHORA RODI ALVARADO PEÑA, GUATEMALTECA, FUGIU DE SEU PAÍS PARA OS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, ONDE PEDIU ASILO. ESTE LHE FOI CONCEDIDO EM PRIMEIRO GRAU E REVERTIDO DEPOIS. SOMENTE APÓS QUATORZE ANOS DE LITIGÂNCIA CONSEGUIU VER RECONHECIDO SEU DIREITO DE PERMANECER NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA PARA SE PROTEGER DE SEU MARIDO. ESTE NOTÓRIO CASO É UM EXEMPLO DE:

- a) () aplicação, embora tardia, da Convenção de Belém do Pará;
- b) () da limitação da Convenção da ONU contra a Tortura, principalmente no que diz respeito à garantia do non-réfolement (art. 3.º);
- c) () não-aplicabilidade da Convenção das Nações Unidas Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951;
- d) () garantia, pela Guatemala, de eficácia horizontal do direito à vida e do direito à integridade física.

16. O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS, NO DIREITO INTERNACIONAL,

- a) () implica que estes determinam livremente seu "estatuto político", na expressão do art. 1.º comum do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e do Pacto Internacional de Direitos

Econômicos, Sociais e Culturais, incluindo o direito a formar estado;

b) () implica que estes determinam livremente sua "condição política", na expressão do art. 3.º da Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, incluindo o direito a ter suas próprias instituições políticas e judiciais e imunidade na justiça do estado em cujo território vivem;

c) () implica, na forma do art. 5.º da Declaração da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas, que estes estão, de um modo geral, desvinculados das obrigações que o estado em cujo território vivem imponha indistintamente a seus cidadãos;

d) () não autoriza, nos termos do art. 46 da Declaração da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas, o desmembramento territorial do estado em cujo território vivem, nem a ação de outros estados contra sua integridade territorial.

17. O SISTEMA DE RELATÓRIOS PERIÓDICOS COMO INSTRUMENTO DE MONITORAMENTO DE TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

a) () é inócua porque estados podem escrever o que querem e distorcer a verdade;

b) () tem que ser articulado com outras faculdades do órgão de monitoramento que lhe permitam conferir a correção das informações prestadas pelo estado-parte;

c) () exclui, de um modo geral, a participação de outros atores, como vítimas ou sociedade civil, nesse mecanismo de monitoramento;

d) () se destina apenas a instrumentalizar a atuação do órgão de monitoramento na elaboração de comentários gerais sobre a interpretação do tratado.

18. AS MEDIDAS PROVISÓRIAS, NO ÂMBITO DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS,

a) () só podem ser concedidas quando o caso esteja tramitando na Corte;

b) () podem ser concedidas pelo Presidente da Corte *ad referendum* da mesma;

c) () podem ser concedidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em antecipação da jurisdição da Corte;

d) () podem ser concedidas pela Corte antes mesmo de o caso nela ter trâmite, se a Comissão

Interamericana de Direitos Humanos assim lhe solicitar.

19. O ARTIGO 16, PARÁGRAFO 2.º, DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

- a) () expressa norma de *jus cogens*, porque toda a declaração é norma peremptória internacional;
- b) () expressa costume internacional, porque decorre de ampla prática nos estados centrais e de sólida *opinio juris* de todos os estados membros da ONU;
- c) () expressa substancial consenso da comunidade internacional, ainda que – seja por razões formais, seja por seu conteúdo controverso – não possa ser tido como norma vinculante;
- d) () expressa mera reivindicação programática de natureza política, de forte viés cultural e sem qualquer conteúdo jurídico.

20. A EXPRESSÃO “TORTURA [...] PRATICADA DE FORMA SISTEMÁTICA” NO ARTIGO 20 DA CONVENÇÃO DA ONU CONTRA A TORTURA DE 1984

- a) () remete para a definição de tortura como crime contra a humanidade (“ataque sistemático ou extenso contra qualquer população civil”);
- b) () remete para a tortura como parte de um padrão consistente de grave violação de direitos humanos, nos termos das Resoluções ECOSOC 1235 e 1503;
- c) () remete para a prática de tortura de forma não fortuita, mas habitual, extensa e deliberada, ao menos em parte do território do estado em questão;
- d) () remete para a existência de uma clara política governamental que dá sustentação à prática de tortura, de forma extensa.

21. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () ao contrário do Presidente da República, dos Governadores de Estado e do Distrito Federal e dos Prefeitos, que para concorrerem a outros cargos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito, o Vice-Presidente, o Vice-Governador e o Vice-Prefeito poderão se candidatar a outros cargos, preservando seus mandatos respectivos, desde que, nos últimos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, não tenham sucedido ou substituído o titular;

b) () o sobrinho do prefeito é inelegível para o cargo de vereador no mesmo município, salvo se for candidato à reeleição ou se o prefeito se afastar definitivamente do seu cargo até seis meses antes da eleição;

c) () aos originários de países de língua portuguesa com residência permanente no país, se houver reciprocidade em favor dos brasileiros no respectivo país de origem, poderá ser atribuído pela lei, independentemente de naturalização, os direitos inerentes ao brasileiro, inclusive o gozo dos direitos políticos, respeitados os cargos reservados pela Constituição aos brasileiros natos;

d) () será declarada a perda da nacionalidade, e a consequente perda dos direitos políticos, do brasileiro que adquirir outra nacionalidade em face de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.

22. A SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS EM VIRTUDE DE CONDENAÇÃO CRIMINAL TRANSITADA EM JULGADO:

- a) () só ocorre quando a sentença condenatória expressamente a declarar, não constituindo seu efeito automático;
- b) () para cessar depende do cumprimento da pena, da declaração da reabilitação do condenado e, quando for o caso, da comprovação da reparação dos danos causados à vítima;
- c) () não ocorre quando a sentença condenatória aplicar exclusivamente pena de multa;
- d) () perdura durante o período de prova da suspensão condicional da pena.

23. QUANTO AOS PARTIDOS POLÍTICOS É CORRETO AFIRMAR QUE:

- a) () apenas tem direito a cotas do fundo partidário e à propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão o partido que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados, obtenha o apoio de, no mínimo, cinco por cento dos votos apurados, não computados os brancos e os nulos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com um mínimo de dois por cento do total de cada um deles;
- b) () não sendo os partidos pessoas jurídicas de direito público, não cabe mandado de segurança contra os atos de seus representantes ou de seus órgãos;
- c) () na propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão os partidos poderão difundir seus programas partidários, divulgar a sua posição em

relação a temas político-comunitários, bem como divulgar a propaganda de seus candidatos a cargos eletivos;

d) () poderão estabelecer em seus estatutos, com vista a candidatura a cargos eletivos, prazos de filiação partidária superiores aos previstos na lei.

24. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () as Instruções expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral regulamentadoras da lei eleitoral só poderão ser aplicadas à eleição que ocorra após um ano da data da publicação da Resolução que as veicular;

b) () a resposta dada pelo Tribunal Superior Eleitoral à Consulta formulada por órgão nacional de partido político relativamente a caso concreto vincula as decisões de todas as instâncias da justiça eleitoral;

c) () nos processos judiciais eleitorais não são cobradas custas judiciais e é incabível a condenação em honorários de sucumbência;

d) () no processo judicial eleitoral o princípio Dispositivo é atenuado em virtude do poder de polícia atribuído aos juízes eleitorais, pelo qual lhes é facultado instaurar de ofício determinadas ações, tais como a ação de investigação judicial eleitoral e a ação por captação ilícita de sufrágio, cabendo ao Ministério Público Eleitoral assumir o pólo ativo desses feitos.

25. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () o partido político que em eleição municipal integre coligação para a eleição majoritária não poderá, na mesma eleição e município, celebrar coligação na eleição proporcional com partido que não integre a referida coligação majoritária;

b) () cabe ao Procurador-Geral de Justiça designar os promotores de justiça que atuarão como promotores eleitorais, bem como dirigir as atividades do Ministério Público Eleitoral no Estado, ficando no entanto reservada ao Ministério Público Federal a representação perante o respectivo Tribunal Regional Eleitoral;

c) () nos processos eleitorais aplica-se a regra do Código de Processo Civil que duplica o prazo para o Ministério Público recorrer;

d) () na data em que requerer o registro de sua candidatura o candidato já deverá ter completado a idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade, sob pena de indeferimento.

26. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA :

a) () é vedado aos agentes públicos no ano eleitoral fazer ou permitir o uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior;

b) () para a cassação do registro ou do diploma de candidato que, entre o registro da candidatura e a eleição, tenha por intermédio de cabos eleitorais doado dinheiro a eleitores em troca do voto, o Ministério Público Eleitoral deverá ajuizar ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder econômico, haja vista que a ação por captação ilegal de sufrágio só é cabível quando o fato ilícito tenha sido praticado pessoalmente pelo candidato;

c) () a inelegibilidade de cunho infraconstitucional preexistente ao registro da candidatura não preclui acaso não arguida por ação de impugnação ao registro de candidatura, podendo ser posteriormente impugnada em recurso contra a expedição do diploma;

d) () a competência originária para o julgamento da ação de impugnação de mandado eletivo é do juízo que diplomou o candidato, independentemente dele possuir foro privilegiado na esfera penal, será processada pelo rito previsto para a ação de impugnação ao registro de candidatura e, por determinação constitucional, tramitará em segredo de justiça.

27. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA: (propaganda)

a) () a propaganda eleitoral somente é permitida após 5 (cinco) de julho do ano da eleição e apenas pode ser veiculada pelos candidatos que já tenham obtido da justiça eleitoral o deferimento do registro de suas candidaturas;

b) () a veiculação de propaganda eleitoral em bens particulares deve ser espontânea e gratuita, sendo vedado qualquer tipo de pagamento em troca de espaço para esta finalidade;

c) () a realização de comícios eleitorais em locais públicos depende de licença do poder público municipal, a fim de que este garanta o direito contra quem tencione usar o local no mesmo dia e horário, bem como para que sejam tomadas as providências necessárias à garantia da realização do ato e ao funcionamento do tráfego e dos serviços públicos que o evento possa afetar;

d) () a partir de 1º de julho do ano da eleição é vedado às emissoras de rádio e televisão, em sua programação normal, transmitir programa apresentado ou comentado por candidato escolhido em convenção, exceto se o programa for preexistente.

28. RELATIVAMENTE À PROPAGANDA ELEITORAL NA INTERNET, É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) () é permitida a divulgação paga de propaganda eleitoral em jornais, ficando entretanto vedada a reprodução na internet da edição do jornal impresso que conter essas propagandas;

b) () é permitida por meio de *blogs*, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e assemelhados, cujos conteúdo seja gerado ou editado por candidatos, partidos ou coligações ou de iniciativa de qualquer pessoa natural;

c) () é permitida a sua veiculação, desde que gratuitamente, em sítios de pessoas jurídicas sem fim lucrativos;

d) () a lei eleitoral não prevê direito de resposta relativamente à propaganda eleitoral divulgada na internet, devendo os interessados ingressar na justiça comum para coibir eventuais excessos de liberdade de opinião.

29. SOBRE AS ASSERTIVAS ABAIXO:

I – é cabível ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder econômico por fato ocorrido antes do registro do candidato;

II – atos em tese caracterizadores de abuso de poder econômico, mas ainda não reconhecidos judicialmente em ação de investigação judicial eleitoral, podem ser apurados e reconhecidos diretamente em ação de impugnação ao registro de candidatura;

III – partido coligado para pleito majoritário não possui legitimidade para isoladamente propor ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder econômico contra candidato à respectiva eleição majoritária.

PODE-SE AFIRMAR QUE:

a) () apenas as assertivas I e II estão corretas;

b) () apenas as assertivas I e III estão corretas;

c) () apenas as assertivas II e III estão corretas;

d) () todas as assertivas estão corretas.

30. ASSINALE A AÇÃO ELEITORAL QUE PODE SER AJUIZADA APÓS A DATA DA DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS:

a) () ação de investigação judicial eleitoral por uso indevido dos meios de comunicação;

b) () ação por captação ou gasto ilícito de recurso para fins eleitorais;

c) () ação por captação ilícita de sufrágio;

d) () ação por conduta vedada a agentes públicos.

GRUPO II

DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO AMBIENTAL

DIREITO TRIBUTÁRIO E DIREITO FINANCEIRO

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

31. COM RELAÇÃO AO TEMA DESAPROPRIAÇÃO, ANALISE OS ITENS ABAIXO E RESPONDA EM SEGUIDA:

I - O princípio do justo preço possui caráter ambivalente, pois, de um lado, assegura ao expropriado a percepção de indenização compatível com o valor do bem objeto da desapropriação, recompondo seu patrimônio; de outro lado, impede que o particular receba, a título de indenização, valor superior aos parâmetros do mercado, impedindo enriquecimento sem causa.

II - Bens públicos municipais e estaduais podem ser desapropriados pela União, desde que haja prévia autorização legislativa.

III - Na desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, a ação deve ser proposta no prazo de dois anos, a contar da publicação do decreto declaratório, sob pena de caducidade do ato.

IV - Configura-se desapropriação indireta mediante a incorporação do bem ao patrimônio público sem o devido processo legal; em tal hipótese, o bem expropriado não pode ser objeto de reivindicação.

- a) () Todos os itens são verdadeiros.
- b) () Somente o item I é falso.
- c) () Somente os itens III e IV são falsos.
- d) () Somente os itens I e II são verdadeiros.

32. ANALISE OS ITENS ABAIXO E RESPONDA EM SEGUIDA:

I - O Procurador-Geral da República é, também, o Procurador-Geral junto ao Tribunal de Contas da União, ali atuando na condição de Chefe do Ministério Público, por um mandato de dois anos, permitida a recondução.

II - Em se tratando de prestação anual de contas do Presidente da República, compete ao Tribunal de Contas da União emitir parecer prévio sobre sua regularidade, ou não, cabendo o julgamento destas ao Senado Federal.

III - Em se tratando de prestação de contas de Prefeito Municipal, relativas a recursos federais repassados por convênio a Município, compete ao Tribunal de Contas da União emitir parecer prévio sobre a regularidade, ou não, da aplicação das

verbas, cabendo o julgamento definitivo dessas contas à Câmara de Vereadores.

IV - O Ministério Público que atua perante o Tribunal de Contas da União não integra o Ministério Público da União, não se submetendo, pois, ao controle do Conselho Nacional do Ministério Público.

- a) () Os itens II e IV são verdadeiros.
- b) () Somente o item III é falso.
- c) () Os itens I e III são verdadeiros e o item IV é falso.
- d) () Todos os itens são verdadeiros.

33. Assinale o item verdadeiro:

a) () Os bens de uso comum do povo são, por suas características e destinação, titularizados pelas pessoas políticas, não podendo ser geridos por pessoas da administração pública indireta.

b) () As terras tradicionalmente ocupadas por indígenas são bens de uso comum do povo, inalienáveis, imprescritíveis e indisponíveis, só podendo ter sua destinação alterada mediante autorização prévia do Congresso Nacional.

c) () Os terrenos de marinha são bens dominicais, podendo ser, nessa condição, objeto de ocupação por particulares, mediante pagamento de prestação anual calculada com base no valor do domínio pleno do bem.

d) () Os bens públicos de uso especial destinam-se à prestação de serviços públicos ou à satisfação de necessidades internas da Administração, não podendo ser, em qualquer hipótese, consumidos por particulares.

34. No tocante às organizações do chamado "terceiro setor", é correto afirmar que:

a) () As organizações da sociedade civil de interesse público são constituídas por lei de iniciativa do Executivo Federal, vinculando-se ao Ministério com o qual mantêm identidade de atribuições, mas preservando autonomia quanto à gestão administrativa e financeira.

GRUPO II

b) () Tendo recebido a qualificação de interesse público, as organizações da sociedade civil, passam a submeter-se a regramentos de direito público, submetendo-se a prestação de contas de recursos repassados pelo poder público e formando seu quadro de pessoal apenas mediante concurso de provas ou de provas e títulos.

c) () As organizações sociais possuem personalidade jurídica de direito privado, habilitando-se ao recebimento de recursos públicos a partir da homologação de seus atos constitutivos pelo Ministério Público e da celebração de termo de parceria com órgãos da Administração Pública.

d) () Instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais não podem qualificar-se como organização da sociedade civil de interesse público, ainda que desempenhem atividades de assistência social.

35. ANALISE OS ITENS ABAIXO E RESPONDA EM SEGUIDA:

I - O sistema constitucional obstaculiza o enriquecimento sem causa, especialmente o do Estado, razão pela qual, configurado o desvio de função pública, nasce o direito à incorporação, inclusive para fins de aposentadoria, do valor dos vencimentos do cargo exercido de maneira irregular, a título de indenização, sem, contudo, reenquadramento funcional.

II - A remoção e a redistribuição são formas de provimento derivado, vez que ensejam, com o deslocamento do servidor, investidura em outro cargo.

III - De acordo com o atual regramento constitucional, a acumulação de proventos e vencimentos somente será admitida quando os cargos públicos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade, respeitado o teto remuneratório.

IV - O exercício de atividade em situação de desvio de função gera direito ao enquadramento funcional do servidor no cargo correspondente às funções por ele efetivamente desempenhadas.

a) () Os itens I e III são verdadeiros.

b) () Somente o item III é verdadeiro.

c) () Somente os itens II e IV são falsos.

d) () Somente o item IV é falso.

36. ANALISE OS ITENS ABAIXO E RESPONDA A SEGUIR:

I - O Sistema Nacional de Unidades de Conservação é formado pelo conjunto de áreas especialmente protegidas, instituídas pela União, pelos Estados e pelos Municípios, com delimitação territorial precisa e objetivos conservacionistas definidos.

II - De acordo com o regime especial de fruição, os espaços territoriais especialmente protegidos só podem ser submetidos ao uso indireto, o qual, nos termos da lei, envolve atividades de coleta, consumo e pesquisas de objetivo educacional ou científico, sem possibilidade de exploração econômica dos recursos naturais.

III - Em razão do caráter nacional do Sistema de Unidades de Conservação instituído pela Lei 9.985/2000, o poder público municipal não pode criar unidades de conservação, mas tão somente disciplinar seu uso, consoante o interesse local e desde que não se choque com as diretrizes traçadas pelo poder público federal.

IV - As áreas de preservação permanente são unidades de conservação de proteção integral, só podendo ter seu regime jurídico alterado por força de lei em sentido formal.

a) () Todos os itens são falsos.

b) () O item I é verdadeiro.

c) () Somente o item III é falso.

d) () Somente os itens I e III são falsos.

37. ANALISE OS ITENS ABAIXO E RESPONDA A SEGUIR:

I - O licenciamento ambiental constitui procedimento administrativo submetido aos princípios da publicidade e da participação comunitária, sendo a audiência pública, cujo resultado vincula a Administração no tocante à fase decisória, uma das importantes manifestações desses princípios.

II - As atividades cujo licenciamento depende de realização de estudo prévio de impacto ambiental são definidas em lei ou ato regulamentar, de forma taxativa, ficando a Administração vinculada a essas

hipóteses, e não podendo dispensá-lo, sob pena de configuração de improbidade administrativa.

III - O licenciamento ambiental constitui procedimento de índole preventiva, com o objetivo de gerar um ato-condição para a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimento ou atividades que utilizem recursos ambientais ou que sejam potencialmente causadoras de degradação ambiental.

IV - Em se tratando de atividades ou obras potencialmente causadoras de significativa degradação do meio ambiente, a ausência de estudo prévio de impacto ambiental vicia o procedimento de licenciamento, sujeitando-o a nulidade.

- a) () Os itens III e IV são verdadeiros.
- b) () Todos os itens são verdadeiros.
- c) () Os itens II e III são verdadeiros.
- d) () Todos os itens são falsos.

38. ANALISE OS ITENS ABAIXO E RESPONDA EM SEGUIDA:

I - A previsão do direito ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, na Constituição brasileira de 1988, identifica-se com a concepção de uma "Constituição dirigente", segundo a qual o Estado deve desempenhar um papel primordial na promoção e na realização de direitos e benefícios titularizados pela coletividade.

II - A concepção econômica de externalidades negativas encontra-se na estrutura dos princípios do poluidor pagador e do usuário pagador, traduzindo a necessidade de internalização dos prejuízos sociais nos custos de produção, de forma a atrair para o empreendedor o dever de adotar medidas de prevenção e controle de possível deterioração de recursos ambientais decorrente de sua atividade produtiva.

III - O princípio do poluidor pagador tem índole exclusivamente reparatória ou ressarcitória, traduzindo a ideia de que o empreendedor que polui deve arcar com os ônus daí decorrentes mediante a adoção de medidas de correção ou reparação do ambiente degradado.

IV - O princípio do poluidor pagador não tem força normativa, representando apenas uma expectativa de entronização no sistema jurídico, despida de carga de coercibilidade.

- a) () Os itens II e IV são falsos.

- b) () Todos os itens são verdadeiros.
- c) () Somente o item III é falso.
- d) () Os itens I e II são verdadeiros.

39. ANALISE OS ITENS ABAIXO E RESPONDA EM SEGUIDA:

I - No atual sistema jurídico-normativo brasileiro, as infrações administrativas ambientais encontram-se exaustivamente descritas na lei, em estrita observância ao princípio da reserva legal.

II - O Ministério Público tem legitimidade para promover responsabilidade civil por danos ambientais patrimoniais ou extrapatrimoniais, de forma isolada ou cumulativa.

III - Por ser de natureza objetiva, a responsabilidade penal da pessoa jurídica por danos causados ao meio ambiente caracteriza-se mediante a demonstração de nexos de causalidade entre a ação ou omissão e o evento danoso, independentemente de culpa.

IV - De acordo com o sistema de responsabilização previsto na Lei 9.605/98, a imposição de multa por infração administrativa ambiental, por ato da autoridade administrativa competente, não impede a cominação de multa, a título de sanção penal, por parte da autoridade judicial, pelo mesmo fato, desde que tipificado em lei como crime.

- a) () O item II é verdadeiro e o item III é falso.
- b) () Todos os itens são verdadeiros.
- c) () Somente o item II é verdadeiro.
- d) () Somente o item I é falso.

40. Assinale o item verdadeiro:

- a) () De acordo com a legislação ambiental, o regime de preservação permanente pode incidir em áreas públicas ou particulares, rurais ou urbanas.
- b) () O regime de preservação permanente não pode afetar áreas existentes em espaços já submetidos a outro regime de proteção, sob pena de superposição de limitações administrativas.
- c) () De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, nos processos de desapropriação de bens imóveis, a vegetação sujeita a regime de preservação permanente ali existente

pode ser computada para efeito de indenização, independentemente de ser, ou não, suscetível de exploração econômica.

d) () Tendo em vista a competência concorrente em matéria de proteção da flora, Estados e Distrito Federal podem reduzir, em caráter suplementar, as áreas de preservação permanente instituídas por legislação federal, desde que o façam por intermédio de decreto do Chefe do Poder Executivo.

41. ANTE A HIGIDEZ COMO CARACTERÍSTICA INERENTE AO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL É CORRETO ASSEVERAR QUE:

- a) () A Constituição é que cria os tributos;
- b) () No texto constitucional, dentre as diferentes maneiras por meio das quais o legislador constituinte outorga competência tributária, pode-se distinguir aquela exercitada mediante a exclusiva identificação do aspecto material da hipótese de incidência do tributo;
- c) () A destinação do produto da arrecadação sempre se encontra presente na outorga da competência, validando o tributo;
- d) () A Constituição Federal não menciona expressamente, em hipótese alguma, o contribuinte do tributo.

42. INDIQUE, DENTRE OS ENUNCIADOS ABAIXO, A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () Pode ser instituída, por unidade da Federação, contribuição de seus servidores, de modo compulsório, para custeio de serviços assistenciais à saúde porquanto se insere na exceção prevista no art. 149, § 1º, da Constituição Federal;
- b) () Não incide o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU sobre imóvel desapropriado e declarado de utilidade pública pelo Estado, utilizado por sociedade de economia mista prestadora de serviço público por acobertado pela imunidade de que trata a alínea “a”, inciso VI, do art. 150, da Lei Magna;

c) () Para caracterização da denúncia espontânea, com benefício da exclusão de multa, é necessário o recolhimento integral do tributo devido, acrescido dos juros e da correção monetária, antes de constituído definitivamente o crédito tributário;

d) () Para caracterização da denúncia espontânea, com o benefício que esse instituto propicia, basta o recolhimento integral do tributo devido, acrescido dos juros e da correção monetária, a qualquer tempo, mas antes da proposição de execução fiscal.

43. COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL PATRONAL. IDENTIDADE DE BASE DE CÁLCULO E SUJEIÇÃO PASSIVA COM O IMPOSTO TERRITORIAL RURAL – ITR. NESSE CASO, DE SIMULTÂNEA COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO E DO ITR, PODE-SE DIZER QUE:

- a) () É inexigível a cobrança da contribuição por incidir o art. 154, I, da Carta Magna;
- b) () É indevida a cobrança da contribuição porquanto haveria bitributação;
- c) () Tratando-se de contribuição, a Constituição não proíbe a coincidência da sua base de cálculo com a do Imposto, o que é vedado relativamente às taxas;
- d) () Mesmo as contribuições criadas na forma do § 4º, do art. 195, da Constituição Federal, podem ter fato gerador e base de cálculo próprios das contribuições existentes, quando a União obedece à regra da competência residual.

44. AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, CONHECIDAS COMO ONGS:

- a) () Sujeitam-se à fiscalização dos órgãos de controle quando recebem recursos de origem estatal;
- b) () Não se submetem a órgão ou órgãos de controle na responsabilidade fiscal, dado o seu caráter de entidade de direito privado;
- c) () Somente ao órgão público com o qual firmaram acordo, contrato ou congênere, incumbe o exercício de supervisão e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do Tesouro, a elas repassados;

d) () Os eventuais repasses de dinheiro público às ONGs têm natureza jurídica de incentivos fiscais setoriais que visam favorecer determinada atividade que o Estado se ressentido de não poder desenvolver, a pleno, estabelecendo-se a chamada reserva de contingência para atender aos imprevistos.

45. O ART. 40, DA LEI 6.830/80 (LEI DAS EXECUÇÕES FISCAIS) PRECONIZA: "O JUIZ SUSPENDERÁ O CURSO DA EXECUÇÃO, ENQUANTO NÃO FOR LOCALIZADO O DEVEDOR OU ENCONTRADOS BENS SOBRE OS QUAIS POSSA RECAIR A PENHORA E, NESSES CASOS, NÃO CORRE O PRAZO DA PRESCRIÇÃO". ESSE DISPOSITIVO IMPLICA:

a) () Imprescritibilidade de algumas dívidas tributárias;

b) () Assegurar o pleno exercício da competência tributária e impedir a renúncia do Fisco ao seu direito, porquanto obrigação tributária é indisponível;

c) () Violação ao princípio da segurança jurídica e aos direitos fundamentais do contribuinte;

d) () O prazo da prescrição, no caso, é de 10 (dez) anos a contar da decisão que suspendeu o curso da execução.

46. NO TOCANTE AOS TRIBUNAIS DE CONTAS ESTADUAIS É CERTO ASSEVERAR QUE:

a) () Atuam somente mediante provocação;

b) () São órgãos auxiliares de controle externo em simetria com o Tribunal de Contas da União;

c) () Preceito de lei estadual pode subtrair do Tribunal de Contas a competência do julgamento das contas da Mesa da Assembleia Legislativa para submetê-las ao regime do art. 71 c/c o art. 49, IX, da Carta da República;

d) () O que lhes assegura a ordem jurídica, no exercício de suas atribuições, é a inaplicabilidade da lei que afronta a Constituição Federal.

47. PRODUTOS IMPORTADOS DE PAÍSES SIGNATÁRIOS DO GATT (ACORDO GERAL DE TARIFAS E COMÉRCIO). QUANTO AO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS – ICMS, É CERTO AFIRMAR QUE:

a) () a isenção de tributo estadual prevista em tratado internacional firmado pela União, caracteriza-se como isenção heterônoma vedada pela Constituição Federal;

b) () a isenção de tributo estadual prevista em tratado internacional firmado pela União não se caracteriza como isenção heterônoma;

c) () é cabível a isenção inserida em tratado internacional de ICMS firmado pela União relativa a mercadorias importadas de país signatário do GATT, mesmo não sendo isento o similar nacional;

d) () a isenção, no caso do *caput*, somente prevalece para os impostos de competência da União.

48. CONSOANTE A LEI 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964, QUE ESTABELECE NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO, RECEITA PÚBLICA É AQUELA:

a) () Oriunda apenas do poder de império do Estado;

b) () Proveniente tão somente da alienação de bens, operações de crédito e amortização de empréstimos, envolvendo os recursos recebidos de pessoas de direito público ou privado, destinados ao atendimento de despesas de capital;

c) () Derivada exclusivamente das chamadas receitas de capital;

d) () Decorrente da entrada de recursos financeiros ao tesouro da pessoa política, a qualquer título, em caráter transitório ou definitivo aumentando o patrimônio público ou não.

49. É CORRETO AFIRMAR QUANTO AO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI) QUE:

a) () Submete-se ao princípio da anterioridade mitigada, a nonagesimal;

b) () Sendo um tributo de finalidade destacadamente extrafiscal, a ele não se aplica o princípio da anterioridade tributária;

c) () À vista da seletividade de que se reveste, de forma que suas alíquotas devem ser fixadas de acordo com a essencialidade do produto, está autorizado o Poder Executivo a alterar a sua base de

cálculo e as suas alíquotas, atendidas as condições e observados os limites fixados em lei;

d) () Os princípios da não cumulatividade e da seletividade que o informam ensejam direito de crédito presumido de IPI para o contribuinte adquirente de insumos não tributados ou sujeitos à alíquota zero.

50. SEGUNDO O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (CTN), É CORRETO ASSEVERAR QUE:

a) () Com a notificação do lançamento ao contribuinte, o crédito está constituído definitivamente;

b) () Com a notificação do crédito começa a fluir o prazo da prescrição;

c) () Incurrendo pagamento ou impugnação e ultrapassado o prazo para pagamento do crédito tributário sem que o mesmo haja sido realizado começa a correr o prazo da prescrição;

d) () A prescrição não se interrompe por ato unilateral extrajudicial do devedor que expresse reconhecer o débito.

51. SÃO FORMAS DE REPARAÇÃO DO DANO COMO DECORRÊNCIA DA RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO:

a) () a persecução penal obrigatória, a indenização e a garantia de não repetição;

b) () a cessão da violação continuada, a satisfação e a persecução penal obrigatória;

c) () a garantia de não repetição, a restituição e a persecução penal obrigatória;

d) () a restituição, a indenização e a satisfação.

52. COMO PARTE DO PROTOCOLO DE KIOTO À CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA CLIMÁTICA, O BRASIL SE COMPROMETE A:

a) () elaborar políticas e medidas de fomento à eficiência energética em todos os setores da economia nacional;

b) () implementar medidas para limitar ou reduzir as emissões de gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal no setor de transporte;

c) () assegurar que suas emissões de gases de efeito estufa não excedam as quantidades fixadas para si, reduzindo o total de suas emissões a um nível inferior a não menos de 5% do nível de 1990 no período de compromisso compreendido entre 2008 e 2012;

d) () formular, quando aplicável e na medida do possível, programas nacionais para melhorar a qualidade dos fatores de emissão de gases de efeito estufa.

53. O ESTRANGEIRO COM FILHO BRASILEIRO SOB SUA GUARDA E DEPENDÊNCIA ECONÔMICA

a) () não pode ser expulso, mas pode ser deportado;

b) () não pode ser extraditado;

c) () não pode ser extraditado, nem deportado;

d) () não pode ser expulso.

54. O ATAQUE CONTRA UMA POPULAÇÃO CIVIL, COMO ELEMENTO DOS CRIMES CONTRA A HUMANIDADE OU DE LESA HUMANIDADE,

a) () pressupõe sempre alto grau de "maquinação" estatal ou organizacional no planejamento do ataque;

b) () pode se dar por simples ataque em massa, numa onda de violência, sem necessariamente ter conotação política;

c) () é qualquer conduta que envolva múltiplos atos criminosos definidos em dispositivo pertinente, de acordo com ou em execução de uma política governamental ou organizacional contra uma população civil;

d) () deve ser sempre extenso e sistemático.

55. NA COMPREENSÃO CONTEMPORÂNEA DA DOUTRINA E DA JURISPRUDÊNCIA EM DIREITO INTERNACIONAL, NO EXERCÍCIO DE JURISDIÇÃO UNIVERSAL, ESTADOS PODEM PROMOVER A PERSECUÇÃO PENAL

a) () contra qualquer pessoa sob seu império, não protegida por imunidade reconhecida por norma internacional, quando acusada da prática de crimes graves, para os quais o direito internacional impõe a obrigação "*aut dedere, aut judicare*";

b) () contra qualquer pessoa sob seu império, independentemente de imunidade que se lhe atribua, quando se trata de crimes de *jus cogens*;

GRUPO II

c) () contra qualquer pessoa, sob seu império ou não, independentemente de imunidade que se lhe atribua, quando se trata de crimes de *ius cogens*;

d) () contra qualquer pessoa, sob seu império ou não, desde que não protegida por imunidade reconhecida por norma internacional, quando acusada da prática de crimes graves, para os quais o direito internacional impõe a obrigação "*aut dedere, aut judicare*".

56. A EXECUÇÃO DA CONVENÇÃO DA HAIA DE 25 DE OUTUBRO DE 1980, SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DA SUBTRAÇÃO INTERNACIONAL DE MENORES, E DA CONVENÇÃO DA HAIA DE 29 DE MAIO DE 1993, RELATIVA À PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E À COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE ADOÇÃO INTERNACIONAL, RECAI SOB A COMPETÊNCIA:

- a) () sempre da Justiça Federal;
- b) () da Justiça Federal e da Justiça Estadual, respectivamente;
- c) () da Justiça Estadual e da Justiça Federal, respectivamente;
- d) () sempre da Justiça Estadual.

57. A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NA REDE IBERO-AMERICANA DE COOPERAÇÃO JURÍDICA

- a) () decorre de obrigações assumidas pelo Estado brasileiro por força de tratado internacional;
- b) () se faz em concerto com o Ministério das Relações Exteriores, sendo o Ministério Público Federal o executor exclusivo das medidas solicitadas ao Brasil, no âmbito criminal e cível;
- c) () se faz através de órgão de monitoramento do tratado que estabeleceu a rede;
- d) () decorre de cortesia internacional, porquanto não há tratado internacional que a preveja.

58. AS REGRAS SOBRE O COMEÇO E FIM DA PERSONALIDADE, O NOME, A CAPACIDADE OU O DIREITO DE FAMÍLIA DE BRASILEIRO QUE TENHA OUTRA NACIONALIDADE ORIGINÁRIA

- a) () são determinadas pelo direito brasileiro;

b) () são determinadas pelo direito brasileiro e pelo direito do país da outra nacionalidade, cabendo ao juiz dirimir as dúvidas decorrentes sobre eventual colisão normativa;

c) () são determinadas pelo direito do país em que for domiciliado;

d) () são determinadas pelo direito do país de local de seu nascimento.

59. A SUCESSÃO DE BENS DE ESTRANGEIRO SITUADOS NO BRASIL

a) () é regulada pela lei do último domicílio em benefício do cônjuge e filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei brasileira;

b) () é regulada pela lei pessoal do *de cuius*;

c) () é regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge e filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cuius*;

d) () é regulada pela lei do último domicílio em benefício do cônjuge e filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cuius*.

60. GOVERNOS ESTRANGEIROS BEM COMO AS ORGANIZAÇÕES DE QUALQUER NATUREZA, QUE ELES TENHAM CONSTITUÍDO, DIRIJAM OU HAJAM INVESTIDO DE FUNÇÕES PÚBLICAS,

a) () podem adquirir imóveis no Brasil, desde que destinados a suas sedes diplomáticas, consulares ou funcionais, sendo que, no caso das últimas, condicionada, a aquisição, à previsão em acordo bilateral de cooperação;

b) () podem adquirir imóveis no Brasil, desde que destinados a suas sedes diplomáticas, consulares ou funcionais, sendo que, no caso das últimas, condicionada, a aquisição, à previsão em acordo de sede;

c) () não podem adquirir no Brasil bens imóveis ou suscetíveis de desapropriação, mas podem, os governos estrangeiros, adquirir a propriedade dos prédios necessários à sede dos representantes diplomáticos ou dos agentes consulares;

d) () podem adquirir imóveis no Brasil, sempre que previamente autorizados pelo Ministério das Relações Exteriores.

61. A ATUAL CONSTITUIÇÃO FEDERAL ELEGEU COMO PRECEITOS FUNDAMENTAIS DA ORDEM ECONÔMICA A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO HUMANO, A LIVRE CONCORRÊNCIA, A EXISTÊNCIA DIGNA E A JUSTIÇA SOCIAL. COM BASE NOS CITADOS PRECEITOS, E NOS PRINCÍPIOS ELENCADOS NOS INCISOS I A IX DO ARTIGO 170 DA CARTA MAGNA, É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) () É inconstitucional lei que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiências, por afronta aos princípios da ordem econômica, da livre iniciativa e do direito de propriedade;

b) () É inconstitucional o conjunto de normas de comércio exterior que proíbe a importação de pneumáticos usados por afronta ao princípio do livre exercício da atividade econômica;

c) () É inconstitucional o privilégio da exclusividade no envio de objeto postal de um remetente para endereço final e determinado concedido à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, por afronta ao princípio da livre concorrência;

d) () É inconstitucional Lei Municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área, por afronta ao princípio da livre concorrência.

62. SOBRE AS AGÊNCIAS REGULADORAS É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) () Nos termos da Lei 9.472/97, a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL é uma autarquia especial, administrativamente independente e financeiramente autônoma, que tem entre suas atribuições a outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

b) () A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) é uma autarquia especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que tem por finalidade a regulação e fiscalização das atividades econômicas relacionadas à indústria do petróleo, inclusive a fixação do preço final máximo da gasolina aos consumidores;

c) () A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), criada pela Lei 9.961/2000, é vinculada ao Ministério da Saúde, e tem por finalidade a promoção da defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regulando as operadoras setoriais e podendo estabelecer critérios

de aferição e controle da qualidade dos serviços oferecidos pelas operadoras de planos privados de assistência à saúde, bem como normatizar os conceitos de doença e lesão preexistentes;

d) () Nos termos da Lei 9.782/99, a segurança sanitária de produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública dos consumidores nas áreas de portos, aeroportos e fronteiras não são de competência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, mas da Polícia Federal.

63. COM FUNDAMENTO NOS ARTIGOS 176 E 20, VIII E IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, QUE SE REFEREM AOS POTENCIAIS DE ENERGIA HIDRÁULICA E AOS RECURSOS MINERAIS, É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) () O particular pode desenvolver trabalhos de pesquisa de jazidas mineral ou fósfil em terra de sua propriedade, mediante autorização por alvará de pesquisa do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNMP;

b) () O particular proprietário da terra não pode se opor à pesquisa mineralógica em seu subsolo e, se apurada a existência da jazida, fará jus à concessão da lavra sem prazo determinado, que poderá ser cedida ou transferida, total ou parcialmente, por contrato particular entre as partes;

c) () A pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com autorização do Ministério de Minas e Energia, após a oitiva da Fundação Nacional do Índio – FUNAI;

d) () Compete ao Ministério da Defesa deliberar de forma vinculante e terminativa sobre a preservação e exploração dos recursos naturais na faixa de fronteiras.

64. CONSIDERANDO OS ARTIGOS 43 E 44 DA LEI 8.078/90, CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, QUE TRATAM DOS BANCOS DE DADOS E CADASTROS DE CONSUMIDORES, É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) () Os bancos de dados sobre endividamento dos consumidores têm caráter privado de auxiliar do comércio e devem ser mantidos por entidades privadas que têm seu funcionamento autorizado e controlado pelo Banco Central – BACEN;

b) () O Sistema Nacional de Informações e Defesa do Consumidor – SINDEC é o cadastro nacional que integra em rede as ações e informações da defesa do consumidor. Ele representa o trabalho do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e dos PROCONs, e estabelece a base tecnológica necessária para a elaboração do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas que indica se as reclamações dos consumidores foram atendidas, ou não, pelos fornecedores. Aplicam-se ao SINDEC, no que couberem, as mesmas regras impostas aos cadastros de consumidores;

c) () A orientação sumular do Superior Tribunal de Justiça – STJ prevê que a anotação irregular do nome do consumidor no cadastro de proteção ao crédito por erro do fornecedor gera indenização por dano moral, independente de haver inscrição preexistente;

d) () É dever do estabelecimento comercial credor a notificação pessoal do consumidor devedor, por meio de carta de comunicação com aviso de recebimento, antes de proceder à inscrição de seu nome no cadastro de proteção ao crédito.

65. COM RELAÇÃO AO MERCADO COMUM DO SUL – MERCOSUL É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) () Trata-se de um acordo de união aduaneira para a constituição de um mercado econômico regional formado por cinco países-membros com direito a voto (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile) e ainda cinco países associados com direito à voz (Bolívia, Venezuela, Colômbia, Equador e Peru), que aguardam a aprovação do Conselho do Mercado Comum para se tornarem membros plenos;

b) () Por se tratar de um agrupamento regional formado por Estados soberanos, sem unidade monetária ou política, o MERCOSUL não possui personalidade jurídica de direito internacional e, por consequência, não pode realizar acordos comerciais com países estrangeiros aos seus membros plenos e associados;

c) () Ele está fundado na reciprocidade de direitos e obrigações entre os Estados-partes e no compromisso de harmonizar suas legislações para coordenar as políticas macroeconômicas de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial, de serviços, alfandegária, de transportes e comunicações;

d) () O Tratado de Assunção, que começou a vigorar em 2004 e atualmente regula o mecanismo de solução de controvérsias entre os países-membros, prevê que os litígios sejam examinados

pelo Tribunal Arbitral Permanente de Revisão do MERCOSUL, que é formado pelos Ministros das Relações Exteriores dos cinco países-membros com direito a voto.

66. CONSIDERANDO A JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E O CAPÍTULO IV DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, QUE TRATAM DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS E DA PREVENÇÃO E REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS AOS CONSUMIDORES, É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) () A ação de indenização dos danos sofridos em decorrência do consumo de produto alimentício adquirido com o prazo de validade vencido há mais de um ano deve ser ajuizada em desfavor do comerciante da mercadoria, já que o fabricante não pode ser responsabilizado pela venda do produto com validade vencida, por não ter o dever de guarda e manutenção da mercadoria;

b) () O Código de Defesa do Consumidor apresenta duas regras distintas para regular o direito do consumidor de reclamar. Nos casos de vício de adequação os prazos são decadenciais de trinta dias para produto ou serviço não durável e noventa dias para produto ou serviço durável; e nos casos de defeito de segurança causados por fato do produto ou serviço o prazo prescreve em cinco anos;

c) () O taxista que adquire veículo para uso comercial não poderá requerer a inversão do ônus da prova se o veículo apresentar defeito na mangueira de alimentação de combustível do veículo;

d) () As instituições financeiras não respondem objetivamente pelos furtos, roubos e latrocínios ocorridos nas dependências dos estacionamentos que oferecem aos seus clientes, pois o caso fortuito é nessa hipótese excludente da responsabilidade civil.

67. SOBRE A ATUAÇÃO ESTATAL NA ECONOMIA É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) () O Banco do Brasil, a PETROBRÁS e a ELETROBRÁS são sociedades de economia mista, que participam diretamente na atividade econômica e, semelhantes às empresas privadas, não se beneficiam de foro privilegiado;

b) () A Empresa Pública que presta serviço público poderá gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas do setor privado;

c) () A sociedade de economia mista é entidade dotada de personalidade jurídica de direito

público e não pode se organizar sob a forma de sociedade anônima;

d) () A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA é exemplo de sociedade de economia mista que, ainda que preste serviço público, pode obter lucro na venda de seus produtos agrícolas.

68. CONSIDERANDO A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, LEI 8.884/94, É CORRETO AFIRMAR SOBRE A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF PERANTE O CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA – CADE:

a) () O CADE poderá requerer ao MPF que promova a execução dos seus julgados;

b) () O MPF não pode promover o compromisso de cessação por não existir interesse público relevante e se tratar de direito disponível de particulares;

c) () O Ministro de Estado da Justiça designará membro do MPF para oficiar nos processos sujeitos à apreciação do CADE, sendo-lhe facultada a manifestação sobre qualquer matéria;

d) () O MPF deverá promover apenas as ações originadas dos artigos 4º. e 5º. da Lei 8137/90, coibindo as práticas no âmbito criminal, sendo-lhe vedada a atuação na esfera cível para pleitear a condenação de indenização por perdas e danos.

69. NO ESTADO-MEMBRO XXXXXXXX FOI PROMULGADA PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA LEI ESTADUAL QUE PROÍBE A COBRANÇA DA TARIFA DE ASSINATURA BÁSICA DE TELEFONIA DOS USUÁRIOS DO ESTADO E DETERMINA QUE AS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO DE TELECOMUNICAÇÕES DISCRIMINEM NAS FATURAS TODAS AS LIGAÇÕES EFETUADAS PELO USUÁRIO E O PREÇO COBRADO POR CADA UMA DELAS. COM FUNDAMENTO NA JURISPRUDÊNCIA ASSENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) () A Lei estadual é constitucional pois trata do direito do consumidor à informação detalhada de sua fatura de telecomunicações e, por tratar de direito do consumidor, a competência dos Estados-membros e da União é concorrente;

b) () A Lei estadual é constitucional pois cabe aos Estados-membros legislar sobre a proteção dos usuários de serviços públicos;

c) () A Lei estadual é inconstitucional pois cabe à União exclusivamente a competência legislativa e administrativa para disciplinar a prestação dos serviços públicos de telecomunicações, incluída a fixação da política tarifária;

d) () A Lei estadual será constitucional se proibir a cobrança da tarifa de assinatura telefônica apenas do usuário que possa ser considerado consumidor, ou seja, a pessoa física que utiliza o aparelho telefônico em sua residência, excluindo do âmbito de sua aplicação as empresas que utilizam os telefones para a atividade profissional, como as empresas de rádio-táxi, ou as empresas de *call center*.

70. SOBRE A CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA E O ABUSO DE PODER ECONÔMICO É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) () O monopólio natural no setor de infraestrutura com alto custo de produção representa prejuízo aos agentes econômicos e custos elevados para os consumidores e, por isso, é combatido pelo sistema brasileiro de defesa da concorrência;

b) () O monopólio ocorre quando existe um grande comprador de determinada mercadoria, em geral matéria-prima, e o preço é determinado em grande medida por ele e não pelo vendedor;

c) () O cartel se caracteriza pela celebração de acordo vertical entre agentes econômicos que desenvolvem suas atividades em mercados relevantes diversos, mas complementares;

d) () De acordo com a Lei 8.884/94, a possibilidade de impor preços não equitativos ao mercado é uma das características da posição dominante. Entretanto, apenas constitui infração à ordem econômica a fixação artificial do preço acima do custo, por ser prejudicial ao consumidor, a fixação do preço abaixo do custo, a *contrario sensu*, não pode ser considerada infração à ordem econômica.

71. RELATIVAMENTE AOS BENS OU COISAS, É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) () As *Res Divini Iuris* do Direito Romano eram as coisas consagradas aos deuses superiores.

b) () O termo bem, no nosso direito atual, refere-se a uma espécie de coisa, embora, usualmente, possa designar toda e qualquer coisa.

c) () As pertenças, tanto no Código Civil de 1916 como no atual, foram definidas no capítulo que trata dos bens principais e acessórios.

GRUPO III

d) () A denominação coisa fungível e infungível surgiu apenas na Idade Moderna.

72. QUANTO AO NASCITURO, É CORRETO DIZER QUE:

- I. Pode ser objeto de reconhecimento voluntário de filiação;
- II. A proteção legal atinge ao próprio embrião;
- III. Os pais podem efetuar doação em seu benefício;
- IV. Já detém os requisitos legais da personalidade.

Das proposições acima:

- a) () I e III estão corretas;
- b) () II e IV estão corretas;
- c) () II e III estão corretas;
- d) () I e IV estão corretas.

73. EM RELAÇÃO ÀS AFIRMATIVAS ABAIXO:

- I. A *autocontratação*, no atual Código Civil, é nula e não produz efeitos jurídicos;
- II. Os atos ou negócios puros são exceção no ordenamento pátrio porque não comportam condição;
- III. O impedimento e a suspensão da prescrição, embora não sejam conceitos sinônimos, estão previstos nos mesmos artigos do Código Civil;
- IV. O temor reverencial, que exclui a coação, é o receio de desgostar pessoas a quem se deve respeito hierárquico.

Das proposições acima:

- a) () I e II estão corretas;
- b) () II e III estão corretas;
- c) () III e IV estão corretas;
- d) () I e IV estão corretas.

74. É CORRETO AFIRMAR QUE:

- a) () As obrigações naturais se distinguem das obrigações civis pelo fato de que são inspiradas na moral, embora detenham juridicidade.

b) () A assunção de dívida tem como peculiaridade o fato de que as garantias ditas especiais jamais subsistirão com a substituição do devedor.

c) () A *expromissão*, modalidade de novação subjetiva passiva, é forma de exclusão do devedor originário.

d) () A cláusula penal, no Código Civil de 2002, pode ser reduzida pelo julgador se seu montante for manifestamente excessivo.

75. EM MATÉRIA DE SUCESSÕES:

a) () Ao cônjuge supérstite cabe sempre, em primeiro lugar, a investidura na inventariança;

b) () Havendo testamento contemplando o primeiro filho, o Código Civil dispõe que, nascendo gêmeos, serão estes considerados de igual idade para tal fim;

c) () A declaração de vacância, quando não aparecerem herdeiros, incorpora a herança definitivamente ao patrimônio público;

d) () A indignidade do herdeiro é uma pena e, se ele falecer antes da sua declaração por sentença, seu direito hereditário passa aos sucessores.

76. RELATIVAMENTE À INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA:

I. Trata-se de negócio jurídico disciplinado pelo Código Civil, ao tratar da parte relativa aos condomínios, ligado à construção civil e a empreendimentos imobiliários;

II. É negócio jurídico que tem por finalidade promover, administrar e construir edifícios, para venda total ou parcial de apartamentos e garagens;

III. A construção pode ser feita pelo sistema de empreitada, na qual cada adquirente responsabiliza-se somente pelo custeio de sua unidade e de sua parte comum;

IV. A possibilidade de criação do patrimônio de afetação constitui uma garantia maior para os adquirentes das unidades do empreendimento e para as instituições financeiras.

Das proposições acima:

- a) () I e II estão corretas;
- b) () II e III estão corretas;
- c) () III e IV estão corretas;
- d) () Todas estão corretas.

77. NO QUE SE REFERE À RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE:

I. Um mesmo fato pode originar ações diversas, visando a reparação do dano individual e a reparação do dano coletivo;

II. Eventos da natureza não excluem a responsabilidade quando alguém cria uma situação que, se inexistente, não levaria o evento natural a causar o dano;

III. Havendo pluralidade de autores, a responsabilidade é solidária, sendo possível acionar qualquer um deles pela integralidade do dano;

IV. A responsabilidade objetiva por risco integral, quanto aos danos ambientais, não é pacífica na doutrina.

Das assertivas acima:

- a) () I e II estão corretas;
 b) () II e IV estão corretas;
 c) () Todas estão corretas;
 d) () Todas estão incorretas.

78. EM TEMA DE OBRIGAÇÕES:

a) () Tratando-se de cessão de crédito, os créditos impenhoráveis, por si sós, impedem que haja a transferência;

b) () A cessão de contrato é também conhecida como novação subjetiva, porque o novo devedor - ou o novo credor -, sucede o antigo;

c) () A ação de *in rem verso* visa compensar as perdas e danos sofridos em razão do enriquecimento sem causa;

d) () O pagamento de dívida prescrita constitui-se em verdadeira renúncia do favor da prescrição pelo devedor.

79. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ALGUMAS SÃO FALSAS, OUTRAS VERDADEIRAS:

I. O pacto antinupcial, para valer contra terceiros, deverá ser assentado, após o casamento, em livro especial do Registro de Imóveis do domicílio dos cônjuges.

II. É nulo o casamento posterior, mesmo que já tenha havido o óbito do cônjuge das primeiras núpcias no momento da proposição da ação de nulidade.

III. Durante a vigência do casamento não é permitido que um dos cônjuges faça doações sem o consentimento do outro.

IV. A oposição dos impedimentos matrimoniais, por ser de interesse social, poderá ser feita por qualquer pessoa maior e capaz até o momento do casamento.

Das proposições acima:

- a) () I e II estão corretas;
 b) () II e IV estão corretas;
 c) () I e IV estão corretas;
 d) () II e III estão corretas.

80. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () Denomina-se lei temporária aquela que surge para regular, de modo contrário ao estabelecido na lei geral, fatos ou relações jurídicas que, por sua natureza, estariam nela compreendidos;

b) () As Ordenações portuguesas, adaptadas do direito romano clássico, tiveram mais vigência no Brasil do que em Portugal, pois mantiveram-se em vigor até o advento do Código Civil de 1916;

c) () À *Equity* do direito inglês corresponde a mesma definição da equidade do direito brasileiro, sendo certo afirmar que, como fonte do direito inglês moderno, é aplicada da mesma maneira;

d) () A seguradora se exime do dever de indenizar quando houver transferência do veículo a terceiros sem a sua prévia comunicação.

81. QUANTO ÀS REGRAS DE COMPETÊNCIA:

a) () O princípio da inércia inicial dispõe que a relação processual só se instaura mediante provocação da parte;

b) () Estão previstas na Constituição Federal, no Código de Processo Civil e nas leis de organização judiciária, exclusivamente;

c) () Os regimentos internos dos tribunais têm inteira liberdade para o estabelecimento das suas competências administrativas e jurisdicionais;

d) () O juízo é um órgão jurisdicional que se coloca dentro do foro competente, o qual diz respeito ao território em que é exercida a jurisdição.

82. LEIA ATENTAMENTE AS SEGUINTE PROPOSIÇÕES:

GRUPO III

I. Não cabe agravo regimental contra decisão do Relator que concede ou indefere liminar em mandado de segurança;

II. O Supremo Tribunal Federal é competente para conhecer originariamente de mandado de segurança contra atos de outros tribunais;

III. A entidade de classe não está legitimada para impetração de segurança quando a pretensão interesse apenas a uma parte da respectiva categoria;

IV. Não cabem embargos infringentes de acórdão que, em mandado de segurança, decidiu, por maioria de votos, a apelação.

Das proposições acima:

- a) () I e II estão corretas;
- b) () I e III estão corretas;
- c) () I e IV estão corretas;
- d) () Todas as proposições estão corretas.

83. EM RELAÇÃO À AÇÃO RESCISÓRIA:

a) () Seu pedido tem natureza constitutiva negativa quanto ao juízo rescindendo, podendo o juízo rescisório ser de natureza constitutiva, condenatória ou meramente declaratória;

b) () O prazo decadencial para o seu ajuizamento, quando o recurso especial é ajuizado intempestivamente, não faz com que a coisa julgada retroaja, em face ao princípio da segurança jurídica.

c) () Tanto o terceiro, indevidamente excluído do processo, quanto o litisconsorte, facultativo ou necessário, podem ingressar com a ação, quando a decisão transitada em julgado lhes foi desfavorável.

d) () Se, após a sentença, o autor obtiver documento novo, inexistente à época ou do qual não pôde fazer uso, que poderia lhe assegurar pronunciamento favorável, caberá ação rescisória do julgado.

84. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () Os honorários de sucumbência, quando omitidos em decisão transitada em julgado, podem ser cobrados em ação própria;

b) () O recurso especial, interposto antes da publicação do acórdão dos embargos de declaração, necessita de posterior ratificação;

c) () A penhora de dinheiro, na ordem de nomeação de bens, tem caráter absoluto em se tratando de execução civil;

d) () A liquidação por forma diversa da estabelecida na sentença constitui ofensa à coisa julgada.

85. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ALGUMAS SÃO FALSAS, OUTRAS VERDADEIRAS:

I. A suspeição e o impedimento do juiz constituem pressupostos processuais de validade;

II. Os chamados fatos negativos não são objeto de prova, pois são considerados fatos cuja prova é impossível;

III. A questão federal somente ventilada no voto vencido não atende ao requisito do prequestionamento;

IV. Os embargos infringentes são cabíveis quando tiver havido divergência quanto à parte dispositiva da decisão.

Das proposições acima:

- a) () I e II estão corretas;
- b) () II e III estão corretas;
- c) () III e IV estão corretas;
- d) () II e IV estão corretas.

86. É CORRETO AFIRMAR QUE:

a) () A coisa julgada material torna a sentença imutável e indiscutível, adquirindo a decisão força de lei nos limites da lide e das questões decididas;

b) () A coisa julgada pode operar contra terceiro, quando a relação jurídica de que é titular está subordinada à parte com referência à relação decidida;

c) () A coisa julgada pressupõe a identidade absoluta de causas para impedir a propositura de nova ação;

d) () A coisa julgada pode ocorrer nas ações cautelares quando, arguida a prescrição ou decadência, sobre ela se manifeste o juiz.

87. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () O revel pode produzir provas, desde que compareça ao processo em tempo oportuno.

b) () Não é admissível reconvenção em ação declaratória.

c) () Qualquer brasileiro maior de idade tem legitimidade para propor ação popular.

d) () Cabe recurso, por violação de lei federal, quando houver ofensa a regimento de tribunal.

88. QUANTO ÀS AÇÕES COLETIVAS:

I. No mandado de segurança coletivo, haverá interesse dos membros ou associados sempre que houver correspondência entre os interesses que se pretende tutelar e os fins institucionais da associação, sindicato ou entidade de classe;

II. Em ação civil pública, proposta pelo Ministério Público, é possível que a inconstitucionalidade de determinada norma seja declarada incidentalmente, tendo em vista o caso concreto;

III. Os direitos individuais homogêneos diferem dos direitos difusos e coletivos porque estes últimos não têm titular individualizado, mas um grupo identificado, e sua natureza é indivisível;

IV. Segundo o STF, o Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública em defesa dos direitos individuais homogêneos sempre que estes, tomados em seu conjunto, ostentem grande relevo social.

Quanto às proposições acima:

a) () Apenas uma está correta;

b) () Duas estão corretas;

c) () Três estão corretas;

d) () Todas estão corretas.

89. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

a) () Os embargos de declaração podem ser usados para prequestionar questão federal, ainda que esta não tenha sido ventilada anteriormente;

b) () Os chamados recursos extraordinários têm efeito meramente devolutivo, não impedindo a execução da sentença;

c) () O recurso adesivo é admissível na apelação e nos recursos especial e extraordinário;

d) () Das decisões interlocutórias caberá agravo na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação.

90. DENTRE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO, ALGUMAS SÃO FALSAS, OUTRAS VERDADEIRAS:

I. Na avaliação dos bens penhorados, se não houver a aceitação do valor estimado pelo executado, o juiz nomeará perito para tanto.

II. A vaga de garagem que possui matrícula própria no registro de imóveis não constitui bem de família para efeito de penhora.

III. O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos.

IV. O conceito de impenhorabilidade de bem de família não abrange imóvel pertencente a pessoas solteiras.

Das proposições acima:

a) () I e II estão corretas;

b) () I e IV estão corretas;

c) () II e III estão corretas;

d) () II e IV estão corretas.

91. NA DISCUSSÃO SOBRE A FINALIDADE DA PENA, QUALIFICA-SE COMO TEORIA EXCLUSIVA DE PREVENÇÃO GERAL NEGATIVA:

I) a teoria de Günter Jakobs, em que a norma penal apresenta-se como necessidade sistêmica de estabilização de expectativas sociais, cuja vigência é assegurada ante as frustrações que decorrem da violação das normas;

II) a teoria de Claus Roxin, segundo a qual a finalidade básica do direito penal é dissuadir as pessoas de cometimento de delitos como também fortalecer a consciência jurídica da comunidade;

III) a teoria de Ferrajoli para quem "a pena não serve apenas para prevenir os delitos injustos, mas, igualmente, as injustas punições";

IV) a teoria de Von Liszt, segundo a qual a função da pena e do direito penal é a proteção de bens jurídicos por meio da incidência da pena sobre a personalidade do delinquente com a finalidade de evitar futuros delitos.

ANALISANDO AS ASSERTIVAS ACIMA, PODE-SE AFIRMAR QUE:

- a) () são corretas as dos itens I e III;
- b) () são corretas as dos itens II e IV;
- c) () apenas é correta a do item III;
- d) () todas são incorretas.

92. NO TEMA DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE, ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) () autoriza o afastamento do princípio da legalidade;
- b) () autoriza o controle de constitucionalidade da norma penal incriminadora;
- c) () está associado à teoria da função do direito penal de proteção dos bens jurídicos fundamentais;
- d) () atende a uma exigência de justiça material e não somente de prevenção.

93. A PENA DE TRANSFERÊNCIA EXISTENTE NO SISTEMA NORMATIVO KAINGANG INCIDE NÃO APENAS NO INDIVÍDUO MAS TAMBÉM NA SUA FAMÍLIA. É CORRETO AFIRMAR QUE:

- a) () não é reconhecida pelo direito brasileiro;

b) () pode ser aplicada no âmbito da justiça estatal em processo criminal contra indígena kaingang;

c) () deve ser respeitada na medida em que for compatível com o sistema jurídico nacional e com os direitos humanos internacionalmente reconhecidos;

d) () não pode ser levada em consideração quando da aplicação da pena acerca do mesmo fato, no âmbito da justiça estatal.

94. ANALISE OS ITENS ABAIXO E RESPONDA EM SEGUIDA:

I) a distinção entre crimes especiais próprios e crimes especiais impróprios tem relevância no exame da atribuição de responsabilidades em hipóteses de concurso de agentes;

II) o crime de gestão temerária de instituição financeira é um crime especial impróprio;

III) a nomenclatura da doutrina alemã "crimes de infração de dever" abrange a classe dos crimes especiais;

IV) a doutrina e a jurisprudência pátrias sustentam a possibilidade de atribuição, ao *extraneus*, de responsabilidade a qualquer título, sempre que, em concurso com um *intraneus*, pratique atos subsumíveis em tipos penais especiais.

PODE-SE AFIRMAR QUE:

- a) () todos os itens estão corretos.
- b) () somente os itens II e IV estão corretos.
- c) () somente o item II está incorreto.
- d) () somente os itens I e III estão incorretos.

95. QUANTO AO CONCURSO DE AGENTES, É CORRETA A AFIRMAÇÃO:

- a) () consoante a teoria objetivo-formal autor é aquele que realiza, totalmente, os atos descritos na norma incriminadora;
- b) () consoante a teoria objetivo-material autor é aquele que realiza a contribuição objetivamente mais importante para o resultado;
- c) () consoante a teoria concebida por Claus Roxin autor é aquele que detém o domínio do fato pelo critério exclusivo do domínio da vontade;
- d) () o Código Penal Brasileiro não é compatível com a teoria do domínio do fato.

96. TRATANDO-SE DE PECULATO, É CORRETO AFIRMAR QUE:

- a) () a preexistente posse deve ter-se operado em razão do exercício de função;
- b) () o uso irregular da coisa pública configura peculato-desvio;
- c) () a energia de valor econômico pode ser objeto material do crime de peculato;
- d) () a prestação de serviço de um funcionário a outro equipara-se a coisa móvel.

97. ACERCA DA CORRUPÇÃO, É CORRETO AFIRMAR QUE:

- a) () a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (Decreto n. 5.687, de 2006), adota uma definição ampla de corrupção, abrangendo nesse conceito, entre outros crimes, o tráfico de influência;
- b) () apenas a corrupção passiva configura crime antecedente da lavagem de dinheiro;
- c) () a corrupção subsequente pode se dar, tanto na corrupção passiva como na ativa;
- d) () constitui figura privilegiada quando o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, cedendo a pedido ou influência de outrem.

98. TRATANDO-SE DE ESTELIONATO CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL, ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) () há divergência doutrinária e jurisprudencial sobre a consumação quando o recebimento da vantagem se dá em prestações;
- b) () o segurado é obrigatoriamente co-autor do crime;
- c) () a vantagem ilícita e o prejuízo do INSS se dão com o pagamento indevido do benefício;
- d) () a pena mínima de reclusão é de um ano e quatro meses;

99. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () no tráfico internacional de arma de fogo, a pena é aumentada da metade apenas se a arma é de uso exclusivo das Forças Armadas, de instituições de segurança pública e de pessoas físicas e jurídicas habilitadas, devidamente autorizadas pelo Comando do Exército, de acordo com legislação específica;

b) () no tráfico internacional de arma de fogo, a pena é aumentada da metade apenas se a arma é de uso proibido;

c) () a importação de arma de fogo de uso permitido, sem autorização da autoridade competente, configura crime de contrabando;

d) () o tráfico internacional de arma de fogo inclui como objeto material estojos, espoletas, pólvora e projéteis.

100. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

- a) () o art. 110 do CP permite a prescrição em perspectiva;
- b) () no estelionato de rendas o termo inicial da prescrição da pretensão punitiva pode ser diferente para o despachante e para o(a) segurado(a);
- c) () consoante alguns autores a lei permite a prescrição retroativa entre a data do recebimento da denúncia ou queixa e da publicação da sentença ou acórdão condenatório recorrível;
- d) () consoante interpretação literal do art. 112 do CP, o termo inicial da prescrição da pretensão executória tem início com o trânsito em julgado da sentença para a acusação, ainda que a defesa tenha interposto apelação.

101. TRATANDO-SE DE LIVRAMENTO CONDICIONAL, ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () não cabe a concessão ao(a) condenado(a) a pena privativa de liberdade igual a dois anos;
- b) () poderá ser concedido ao(a) condenado(a) a pena de reclusão em regime semiaberto, cumprida mais da metade da pena por crime de genocídio;
- c) () o cometimento de falta grave implica o reinício da contagem de prazo para a sua concessão;
- d) () poderá ser concedida ao(a) condenado a pena de reclusão de 8 anos, cumprido mais de um terço da pena, se não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes.

102. CONSIDERE OS SEGUINTE ITENS:

- l) a atribuição de falsa identidade por meio de apresentação de documento falso, no momento da prisão em flagrante, por constituir exercício de autodefesa, é conduta atípica;

II) atribuir-se falsa identidade, sem uso de documento falso, é considerado exercício de autodefesa;

III) de acordo com a jurisprudência atual do STF o direito ao silêncio pode ser invocado pelo interrogado(a) para mentir sobre a sua qualificação;

IV) a utilização de nome falso para identificar-se no momento da prisão em flagrante constitui contravenção penal.

PODE-SE AFIRMAR QUE:

- a) () apenas os itens II e III são corretos;
- b) () apenas os itens I e IV são corretos;
- c) () apenas o item II é correto;
- d) () todos os itens são incorretos.

103. ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA:

a) () Os Vereadores podem responder pelos crimes definidos no Decreto-lei n. 201/67 somente quando forem alcançados pelo disposto no art. 29 do Cód. Penal;

b) () Sentença penal condenatória por crimes contra as finanças públicas, embora constitua título executivo no cível, não faz coisa julgada extrapenal para abranger o ressarcimento de dano e multa civil prevista na Lei n. 8.429/92 nem a multa aplicável pelo Tribunal de Contas;

c) () A Lei n. 10.028, de 2000, definiu crimes comuns e crimes de responsabilidade;

d) () A Lei n. 1.079, porque editada em 1950, é inaplicável aos presidentes dos Tribunais de Contas.

104. LEIA AS PROPOSIÇÕES ABAIXO:

I) o crime de moeda falsa, previsto no art. 289, *caput*, do CP, consuma-se no lugar e no momento em que se conclui a falsificação, em qualquer de suas modalidades, independentemente de ser colocada de modo efetivo em circulação;

II) a falsificação de várias moedas, na mesma ocasião, configura crime continuado;

III) se o autor da falsificação da moeda no estrangeiro a trazer para o Brasil responderá pelos crimes de falsificação e de circulação de moeda falsa, em concurso;

IV) guardar moeda falsa, sem ser o proprietário, ciente da falsidade, constitui crime independentemente de sua intenção de colocá-la em circulação.

DENTRE AS PROPOSIÇÕES ACIMA:

- a) () apenas são corretas as dos itens I e IV;
- b) () apenas são corretas as dos itens I e III;
- c) () apenas são corretas as dos itens II e III;
- d) () todas são incorretas.

105. É CORRETA A AFIRMAÇÃO:

a) () a associação de duas pessoas para o tráfico de drogas bem como para a prática de outros crimes configura crime previsto na Lei n. 11.340/06;

b) () a finalidade da prática de crimes hediondos constitui causa de aumento de pena do crime de quadrilha ou bando;

c) () a associação de mais de três pessoas para a prática dos crimes de genocídio constitui tipo penal especial;

d) () é inadmissível o crime de quadrilha ou bando para o fim de cometer crimes contra a ordem tributária.

106. A RESPEITO DO INSTITUTO DO *HABEAS CORPUS*, ASSINALE A ALTERNATIVA FALSA:

a) () a jurisprudência do STF veda, de modo genérico, a utilização de *habeas corpus* como sucedâneo da revisão criminal, sem, contudo, afastá-la expressamente para questões de direito, de que é exemplo a atipicidade do fato, em função da primazia da tutela da liberdade individual;

b) () não caberá *habeas corpus* para apreciar a conveniência ou a oportunidade da aplicação de medida disciplinar em procedimento disciplinar militar;

c) () em linhas gerais, é cabível a impetração de *habeas corpus* quando se puder cogitar de privação da liberdade de locomoção, salvo no caso de imposição de recolhimento domiciliar;

d) () caberá *habeas corpus* contra ato emanado de autoridade judicial incompetente para futura e eventual ação penal, bem como contra prisão em flagrante realizada sem a observância das formalidades legais.

107. RELATIVAMENTE ÀS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS ATUALMENTE VIGENTES, É INCORRETO AFIRMAR QUE:

a) () são decretadas pelo juiz, de ofício, ou a requerimento das partes, no curso da ação penal, ou, ainda, quando da investigação criminal, somente por representação da autoridade policial ou a requerimento do Ministério Público;

b) () o juiz que a decretar ou a mantiver, deverá reexaminá-la, obrigatoriamente, a cada sessenta dias, ou em prazo menor, quando situação excepcional assim o exigir, para, fundamentadamente, avaliar se subsistem os motivos que a ensejaram;

c) () podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, e, na hipótese de descumprimento, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, em qualquer fase da persecução, substituir a medida, impor outra em cumulação ou decretar a prisão preventiva, observando, sempre, os pressupostos da necessidade e da adequação;

d) () o juiz, ao receber o pedido, determinará a intimação da parte contrária, anexando cópia do requerimento e das peças necessárias para manifestação no prazo que fixar, salvo os casos de urgência ou de perigo de sua ineficácia.

108. DE ACORDO COM A DISCIPLINA LEGAL DA FIANÇA, É INDISCUTÍVEL O SEU CARÁTER CAUTELAR, SENDO IGUALMENTE VERDADEIRA A SEGUINTE ASSERTIVA:

a) () a fiança somente será concedida aos que, no mesmo processo, não tiverem quebrado fiança anterior ou infringido as obrigações de comparecimento perante a autoridade, de não mudar de residência sem prévia permissão e de não se ausentar por mais de oito dias sem prévia comunicação;

b) () a fiança somente pode ser fixada como contracautela, ou seja, em substituição da prisão em flagrante ou prisão preventiva anteriormente decretada;

c) () a fiança somente pode ser prestada enquanto não transitada em julgado a sentença condenatória, não sendo possível sua concessão na pendência de recurso extraordinário ou especial;

d) () a fiança somente é cabível nas infrações penais cometidas sem violência ou grave ameaça à pessoa.

109. CONSIDERE AS ASSERTIVAS SEGUINTE:

I – As gravações clandestinas, em princípio, são ilegais, na medida em que violarem o direito à privacidade e/ou à intimidade dos interlocutores, razão pela qual, como regra, configuram provas obtidas ilicitamente, sendo, então, inadmissíveis no processo;

II – Para que seja válida a revelação da gravação feita por um dos interlocutores, sem o conhecimento

do outro, é necessário que esteja presente situação de relevância jurídica a que poderíamos chamar de justa causa, conforme se vê, por exemplo, no art. 153, do CP, que estabelece ser crime a divulgação de conteúdo de documento particular ou de correspondência confidencial, de que é destinatário ou detentor, sem justa causa;

III – Conforme precedente do STF, é lícita a gravação realizada por meio de câmera instalada no interior da garagem do proprietário da casa, com o objetivo de identificar o autor de danos em seu automóvel;

IV – O STJ tem, sistematicamente, aceitado a gravação de conversa feita por um dos interlocutores sem o consentimento do outro, com base na aplicação do princípio da proporcionalidade;

V – À exemplo do que ocorre no Direito norte-americano, a legislação pátria permite a infiltração de agente de polícia ou de inteligência em tarefas de investigação, sempre mediante autorização judicial.

ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () Há apenas uma afirmação falsa;
- b) () Existem duas afirmações falsas;
- c) () Existem três afirmações falsas;
- d) () Não existem afirmações falsas.

110. ASSINALE A ALTERNATIVA FALSA:

a) () Para que se afirme a competência federal para processar e julgar os crimes previstos em tratados ou convenções internacionais não basta a mera previsão do delito em tais diplomas, sendo necessária a presença de uma relação de transnacionalidade;

b) () A Emenda Constitucional n. 45/04, comumente chamada de Reforma do Judiciário, estabeleceu a competência exclusiva da Justiça Federal para processar e julgar os crimes contra os direitos humanos;

c) () A Justiça Federal é competente para processar e julgar, ressalvada a competência da Justiça Militar, os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, entendendo-se por navio apenas as embarcações de grande porte, aptas a realizar viagens marítimas. No que se refere às aeronaves, a jurisprudência tende a incluir na competência federal quaisquer delitos cometidos a bordo de aviões que estejam realizando transporte aéreo entre aeroportos;

d) () Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho

nos quais tenham sido afetadas as instituições do trabalho ou os direitos dos trabalhadores coletivamente considerados;

111. ASSINALE A ALTERNATIVA FALSA, A RESPEITO DA *MUTATIO LIBELLI*:

a) () Enquanto na *emendatio* a definição jurídica refere-se unicamente à classificação dada ao fato, na *mutatio libelli* a nova definição será do próprio fato. Sendo assim, não se altera simplesmente a capitulação feita na inicial, mas a própria imputação do fato;

b) () Conforme o CPP, não procedendo o órgão do Ministério público ao aditamento, o assistente de acusação poderá fazê-lo, no prazo de cinco dias, desde que previamente habilitado nos autos;

c) () Na ordem anterior à Lei n. 11.719/08, cabia ao próprio magistrado a alteração (*mutatio*) da acusação (*libelli*) quando, da nova definição jurídica, surgisse crime cuja pena fosse igual ou inferior àquela do delito imputado inicialmente ao réu. Conforme a legislação atual, que corrigiu o antigo defeito, independentemente da pena, o novo delito só pode ser julgado se promovido o aditamento da acusação pelo órgão do Ministério Público, ficando o magistrado, na sentença, adstrito aos termos do aditamento;

d) () Há casos em que o elemento (ou circunstância) está contido implicitamente na peça acusatória. É o que ocorre, por exemplo, nas desclassificações operadas pela alteração feita no elemento subjetivo da conduta (dolo e culpa). Neste sentido, já se pronunciou o STF, quando desclassificou o peculato doloso para peculato culposo, entendendo que a modificação do dolo para culpa não implicaria *mutatio libelli*, tendo o acusado se defendido amplamente dos fatos a ele imputados.

112. ANALISE AS ASSERTIVAS SEGUINTE:

I – o Juiz Federal, diante do não oferecimento de denúncia por parte do membro do Ministério Público Federal, deve, conforme construção pretoriana, receber a manifestação como de arquivamento, remetendo os autos para a Câmara de Coordenação e Revisão Criminal do MPF, inclusive nos casos em que a negativa ministerial seja fundada na incompetência jurisdicional. Daí falar-se em arquivamento indireto;

II – o conflito de atribuição entre Procurador da República e Promotor de Justiça deve, conforme o posicionamento encampado pelo STF, ser solucionado pelo Superior Tribunal de Justiça quando se tratar de divergência acerca de matéria a

ser submetida ao Judiciário, não cabendo ao PGR a solução da controvérsia. Isto deve-se ao fato de as divergências entre os Juizes Federais e Estaduais acerca da competência jurisdicional serem resolvidas pelo STJ;

III – segundo a Lei n. 6.815/80 (Estatuto do Estrangeiro), a prisão do extraditando perdurará até o julgamento final do STF. Tal diploma admite, contudo, a concessão de liberdade vigiada ao extraditando que estiver preso por prazo superior a sessenta dias;

IV – conforme entendimento encampado pelo STJ, a participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia;

V – no livramento condicional, decorrido o prazo referente ao período de prova, sem suspensão ou revogação, considera-se extinta a pena privativa de liberdade. Dessa maneira, constatando-se, de forma extemporânea, o descumprimento das condições impostas, não será possível desconstituir os efeitos extintivos da punibilidade, conforme o entendimento prevalente nos tribunais superiores.

ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () Existem duas assertivas verdadeiras;
- b) () Existem três assertivas verdadeiras;
- c) () Existem quatro assertivas verdadeiras;
- d) () Todas as assertivas são verdadeiras;

113. CONFORME A JURISPRUDÊNCIA PREVALENTE NO STJ, ASSINALE A ALTERNATIVA FALSA:

- a) () Não é cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva;
- b) () Intimada a defesa da expedição de carta precatória, torna-se desnecessária a intimação da data da audiência no juízo deprecado;
- c) () A conexão não determina a reunião dos processos se um deles já foi julgado;
- d) () Excluído do feito o ente federal, cuja presença levara o Juiz Estadual a declinar da competência, deve o Juiz Federal restituir os autos e não suscitar conflito.

114. A LEI N. 12.403/11, QUE ALTEROU O CPP, EMPREENDEU PROFUNDA REFORMA NO INSTITUTO DA PRISÃO CAUTELAR. CONSIDERANDO O DISCIPLINADO EM TAL

DIPLOMA LEGAL, ASSINALE A ALTERNATIVA VERDADEIRA:

- a) () Se a infração for inafiançável, a falta de exibição do mandado obstará à prisão;
- b) () Qualquer agente policial poderá efetuar a prisão determinada no mandado de prisão registrado no Conselho Nacional de Justiça, desde que dentro da competência territorial do Juiz que o expediu;
- c) () Quando as autoridades locais tiverem fundadas razões para duvidar da legitimidade da pessoa do executor da ordem prisional ou da legalidade do mandado que este apresentar, não poderão pôr em custódia o réu até que fique esclarecida a dúvida;
- d) () Se o executor do mandado prisional verificar que o réu entrou ou se encontra em alguma casa, o morador será intimado a entregá-lo, à vista da ordem de prisão. Se não for obedecido imediatamente, o executor convocará duas testemunhas e entrará à força na casa, arrobando as portas, sendo dia, se preciso for.

115. CONSIDERANDO A TRANSFERÊNCIA DE PRESOS PARA ESTABELECIMENTOS PENAIS FEDERAIS DE SEGURANÇA MÁXIMA, E TENDO POR LASTRO O ENTENDIMENTO MAIS RECENTE DO STJ A RESPEITO DA MATÉRIA, É INCORRETO AFIRMAR:

- a) () A alteração do regime de execução penal estabelecido pela Lei n. 11.671/08, permitindo a transferência e inclusão de preso oriundo de outro sistema penitenciário para o sistema penitenciário federal de segurança máxima, constitui exceção e está inspirada em fatos e fundamentos a serem necessariamente considerados por ocasião do pedido e da admissão correspondente;
- b) () Não cabe ao Juízo Federal da Seção Judiciária em que se localiza o estabelecimento penal federal exercer qualquer juízo de valor sobre a gravidade ou não das razões do Juízo solicitante, mormente quando se tratar de preso provisório sem condenação, situação em que, de resto, a Lei n. 11.671/08 encarrega o Juízo solicitante de dirigir o controle da prisão, fazendo-o por carta precatória;
- c) () O período de permanência do preso em estabelecimento penal federal de segurança máxima não poderá exceder a 360 (trezentos e sessenta) dias, admitindo-se, excepcionalmente, a renovação do prazo de permanência, que dar-se-á apenas uma única vez;
- d) () O Juízo Federal da Seção Judiciária em que se localiza o estabelecimento penal federal somente pode justificar a recusa em recolher o preso

se evidenciadas condições desfavoráveis ou inviáveis da unidade prisional, tais como lotação ou incapacidade de receber novos presos ou apenados.

116. ANÁLISE OS ENUNCIADOS SEGUINTE:

I – tratando-se de recursos contra sentença absolutória, mesmo as nulidades absolutas não poderão ser reconhecidas *ex officio* quando em prejuízo da defesa. Tal se dá, inclusive, se houver vício de incompetência absoluta, não alegado pelo recorrente, em recurso que objetive a reforma da sentença absolutória;

II – as nulidades absolutas dizem respeito à violação a regras e princípios fundamentais do processo, configurando verdadeiro interesse público. EM FUNÇÃO DISSO, não precluem e, como regra, não se submetem aos efeitos da coisa julgada;

III – é relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção;

IV – salvo quando nula a decisão de primeiro grau, o acórdão que provê o recurso contra a rejeição da denúncia vale, desde logo, pelo recebimento dela;

V – é nula a decisão que determina o desaforamento de processo da competência do júri sem prévia audiência da defesa.

ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () Todos os enunciados são verdadeiros;
- b) () Há um enunciado falso;
- c) () Existem dois enunciados falsos;
- d) () Existem três enunciados falsos.

117. RELATIVAMENTE À PERSECUÇÃO PENAL DOS DELITOS QUE INTEGRAM O ASSIM CHAMADO DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO, ANALISE AS SEGUINTE ASSERTIVAS:

I – Embora não condicionada a denúncia à representação da autoridade fiscal, falta justa causa para a ação penal pela prática do crime tipificado no art. 1º, inc. I, da Lei n. 8.137/90, enquanto não houver decisão definitiva do processo administrativo, quer se considere o lançamento definitivo COMO condição objetiva de punibilidade ou COMO elemento normativo do tipo;

II – Havendo lançamento definitivo do tributo, a propositura de ação anulatória de débito fiscal não impede o prosseguimento do processo-crime referente aos delitos contra a ordem tributária;

III - Diante da recusa da empresa em fornecer documentos indispensáveis à fiscalização fazendária, não há impedimento à instauração de inquérito policial para apuração de delito contra a ordem tributária antes do encerramento do processo administrativo-fiscal, quando for imprescindível para viabilizar a citada fiscalização;

IV - Consoante as inovações trazidas pela Lei n. 12.382/11, quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, até o recebimento da denúncia, é extinta a punibilidade dos delitos previstos nos arts. 1º e 2º, da Lei n. 8.137/90, e nos arts. 168-A e 337-A, do Código Penal.

ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) () Há apenas uma afirmação falsa;
 b) () Existem duas afirmações falsas;
 c) () Existem três afirmações falsas;
 d) () Não existem afirmações falsas.

118. CONSIDERE AS HIPÓTESES SEGUINTE:

I - O direito norte-americano, de onde importamos a vedação constitucional de admissibilidade das provas ilícitas, apesar da reconhecida tecnologia de provas que lhe é peculiar, exibe como regra quase absoluta a vedação à prova ilícita, se e quando produzida pelos agentes do estado;

II - A prova da inocência do réu deve ser sempre aproveitada, em quaisquer circunstâncias;

III - As provas obtidas ilicitamente podem ser utilizadas no processo em razão do princípio da proporcionalidade, punindo-se, porém, os responsáveis pela sua produção.

- a) () As assertivas I e II estão corretas;
 b) () As assertivas I e III estão corretas;
 c) () As assertivas II e III estão corretas;
 d) () As assertivas I, II e III estão corretas.

119. CONSIDERANDO OS RECENTES POSICIONAMENTOS ADOTADOS PELO STJ, ANALISE AS ASSERTIVAS ABAIXO:

I - As informações obtidas de forma anônima somente são aptas a ensejar a instauração de ação penal quando corroboradas por outros elementos de prova colhidos em diligências preliminares realizadas durante a investigação criminal;

II - O exame previsto no art. 149, do CPP, somente é imprescindível quando houver dúvida fundada a respeito da higidez mental do acusado, tanto em

função da superveniência de enfermidade no curso da instrução criminal quanto pela presença de indícios plausíveis de que, quando do cometimento do delito, era incapaz de entender o caráter ilícito da conduta perpetrada ou de determinar-se de acordo com esse entendimento;

III - Na forma do art. 366, do CPP, a produção antecipada de provas deve ser utilizada em todos os casos em que o processo tenha sido suspenso em razão da ausência do réu citado por edital, mesmo sem a avaliação do risco concreto do perecimento da prova;

IV - Nos casos de interceptação telefônica, há a necessidade de se identificar todos os interlocutores por meio de perícia técnica ou de gravação dos diálogos na íntegra por peritos oficiais, sob pena de nulidade da prova;

V - Admite-se a detração por prisão ocorrida em outro processo, desde que o crime pelo qual o sentenciado cumpre pena tenha sido praticado anteriormente à prisão cautelar proferida no processo do qual não resultou a condenação.

- a) () Todas as assertivas são verdadeiras;
 b) () Somente as assertivas I e II são verdadeiras;
 c) () Somente as assertivas III e IV são falsas;
 d) () Somente a assertiva V é falsa.

120. CONSIDERE AS SEGUINTE ASSERTIVAS, SOBRE O CABIMENTO DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO, EM FACE DE DECISÃO, DESPACHO OU SENTENÇA QUE:

I - Concluir pela incompetência do juízo;

II - Julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição;

III - Decidir sobre a unificação de penas;

IV - Indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade.

- a) () Somente uma dessas hipóteses admite interposição de recurso em sentido estrito;
 b) () Somente duas dessas hipóteses admitem interposição de recurso em sentido estrito;
 c) () Somente uma dessas hipóteses não admite recurso em sentido estrito;
 d) () Todas as hipóteses admitem a interposição de recurso em sentido estrito.